

POLÍTICAS DE PESQUISA: DA VERDADE À PRODUÇÃO DE VERDADES

Jéssica da Silva David¹; Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro²; Pedro Paulo Gastalho de Bicalho³

RESUMO

Tradicionalmente, a psicologia tem sido definida em consonância com os princípios de um “realismo euro-americano” (LAW, 2003 e 2004) segundo o qual há uma realidade independente, externa e precedente a qualquer tentativa de conhecê-la. Tomada como a ciência do indivíduo, da vida privada e da “nossa” subjetividade, a psicologia ocupou o lugar do especialista que porta ou desvela a Verdade dos sujeitos. Entretanto, a intervenção nos coloca diante do fato de que, bem distante da já pretendida neutralidade, nossas práticas clínicas, bem como nossas políticas de pesquisa e de escrita, são vetores que produzem realidades e podem tanto fazer proliferar a polifonia de que o mundo é feito, quanto calar muitas vozes em nome da ciência. Propomos, no âmbito deste trabalho, problematizar a verdade e o saber como efeito de relações de poder e, assim, afirmar que conhecer e intervir são dois aspectos indissociáveis. Nesse sentido, toda pesquisa também é intervenção, tornando inseparáveis o conhecer e o fazer.

Palavras-chave: Política de pesquisa; Metodologia; Recalcitrância; Política Ontológica; Teoria Ator-Rede; Cartografia.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Núcleo de Cognição e Coletivos (NUCC) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Professora Associada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³ Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RESEARCH POLICIES: FROM THE TRUTH TO TRUTH CONSTRUCTION

ABSTRACTS

Often, Psychology is being defined accordingly to the principles of a “metaphysics of Euro-American” (LAW, 2003 and 2004) which dictates that there is a reality that is independent, external and precedent to any attempt to understand it. Taken as the science of the individual, of the private life and of our subjectivity, Psychology filled the role of the expert that bears or unveils the Truth of the subjects. However, intervention places us in front of the fact that, far gone of a pretended neutrality, our clinical practice, as well as our research and writing politics, are vectors that produce realities and can both proliferate the polyphony of which the world is made, as silence many voices in the name of science. We propose, in this work, questioning the truth and know the effect of power relations and thus affirm that knowing and intervening are two inseparable aspects. In this sense, all research is also intervention, making inseparable knowing and doing.

Key-words: *Politics of research; Methodology; Recalcitrance; Ontological Politics; Actor-Network Theory; Cartography.*

INTRODUÇÃO

Segundo John Law (2003, 2004), os métodos de pesquisa das ciências humanas e naturais são fortemente marcados pelo chamado “realismo euro-americano”, cujo eixo principal gira em torno da concepção de que há uma realidade externa, anterior e independente de nós e de nossas ações, o que faz com que o real seja precedente a toda tentativa de conhecê-lo. Assim, a realidade é entendida como uma unidade precisa, delimitada e definida à espera de ser desvelada. Desse modo, há a possibilidade de que o real seja plenamente conhecido se interrogado por um sujeito do conhecimento asséptico capaz de abordá-lo sem nele se misturar. Cabe, então, aos cientistas a tarefa de descobrir a Verdade do mundo, um conhecimento preciso, delimitado, definido, independente e anterior a qualquer intervenção.

Ao delimitar os pressupostos do realismo euro-americano, o autor coloca em questão o que conta ou não como realidade, tanto em nossa vida cotidiana, quanto em muitos métodos, projetos e relatos de pesquisa. Ao sinalizar que tais pressuposições constroem “uma certa” (entre outras possibilidades de) realidade e não “a” realidade, o autor sustenta que a realidade não é dada de antemão como um lugar de onde se parte, mas construída em certas práticas. Isso significa dizer que uma pesquisa comprometida com o realismo euro-americano produz o entendimento de que, se a realidade é única, toda pesquisa, ao não cobrir toda essa realidade, lhe oferece uma perspectiva que, somada a tantas outras perspectivas que podem ser produzidas, revela o mundo lá fora que permanece o mesmo, a despeito de ser conhecido de muitos modos.

Pode-se dizer que, tradicionalmente, a psicologia tem sido definida em consonância com esse realismo. Tomada como a ciência do indivíduo, da vida privada e da nossa subjetividade, coube à psicologia o lugar do especialista que porta ou desvela a Verdade dos sujeitos. Isso significa dizer que o poder da psicologia repousa em sua promessa de fornecer dispositivos de inscrição⁴ que individualizam e tornam a vida humana inteligível. É nesse sentido que Nikolas Rose (1998) afirma que a psicologia não lida com um domínio privado, apartado, dado de antemão e regulado por leis universais estritamente psíquicas, mas o engendra e, assim, precisa ser entendida a partir da noção de governamentalidade proposta originalmente por Michel Foucault (2007).⁵ O lugar de especialista ganha importância à medida que, além de reivindicar uma cientificidade sob os moldes das ditas ciências

⁴ Com o termo inscrição, Galindo (2008), em referência a Latour, se refere “às transformações que materializam uma entidade, sendo sempre móveis, o que permite novas articulações e translações. Apesar de abertas a mudanças, mantém algumas formas de relação intactas, por isso, são também nomeadas como móveis imutáveis” (p.3).

⁵Embora a noção de governo seja fundamental em seu trabalho, Foucault não dedicou nenhum livro especificamente ao tema. O que se tem são algumas conferências e dois cursos no Collège de France: Segurança, território e população (2006) e O Nascimento da Biopolítica (2007).

naturais, liga individualidade à Verdade mobilizando a autorregulação e o governo. Mas, antes de prosseguir, é preciso entender de que sujeito e de que governo aqui se fala.

A PSICOLOGIA E A INVENÇÃO DOS SUJEITOS

O tema do governo (ou governamentalidade) surge nos trabalhos de Foucault como um deslocamento conceitual em seu projeto genealógico, cujo objeto são os poderes na sua relação com os saberes, especialmente das ciências humanas. Foucault (1990) empreendeu a análise dos modos pelos quais saber e poder se articulam, entendendo que a composição de relações de poder produz campos de saber, de mesmo modo que a produção de saberes engendra relações de poder. Entretanto, é preciso frisar que para esse autor, poder não é restrito a uma instituição ou algo que se cede por contratos jurídicos ou políticos. Foucault nos convida a entender que a noção de poder não se encerra no entendimento de que isto é algo que se possui e que é exclusivamente repressivo ou coercitivo, mas antes é algo que não se tem como a um objeto, mas que se exerce nos pequenos caminhos, como uma rede de micropoderes articulados em engrenagens complexas. De mesmo modo, o exercício de poder reprime, mas não sem produzir efeitos de saber e de verdade. É por isso que o poder precisa ser pensado em sua positividade, não no sentido valorativo do termo, mas em seu caráter produtivo porque cria mundo.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 2002, p.161).

Em sua análise, Foucault configura algumas formas específicas de poder. A primeira delas surge no século XVII em algumas instituições fechadas como hospitais e escolas, individualizando e singularizando corpos através de técnicas de exame. Foucault aponta que o corpo tornou-se o ponto de aplicação mais imediato dessa rede de micropoderes. A esta forma de exercício de poder que opera na docilização dos corpos, Foucault chamou disciplina, que articula uma política de coerções com base no fechamento e ordenamento dos espaços e, principalmente, na vigilância e controle minucioso das operações do corpo.

Em sua obra, Foucault dedicou-se a analisar as condições políticas que possibilitaram a emergência dos saberes das ciências humanas a partir de práticas disciplinares em espaços como o hospital, a escola e a prisão. A análise foucaultiana nos coloca a pensar de que modo estes lugares não se constituíram apenas como espaços de cura, educação, correção ou punição, mas foram lócus perfeito para a “produção, acúmulo e transmissão do saber” (Id.: XXII).

Para Foucault (2002), um dos principais efeitos da sociedade disciplinar foi a produção da noção de sujeito marcado por uma interioridade, tal como muitas das

formulações das ciências humanas ainda consideram. É nesse sentido que se afirma que o sujeito não é causa *a priori* de tais práticas, mas produzido por elas; é efeito dessas relações de saber-poder/poder-saber que se costuraram e tensionaram naquele momento histórico. Sendo o corpo um dos pontos de convergência do investimento dessas relações, o indivíduo surge como figura singular: alvo de investimento do poder disciplinar ao mesmo tempo em que foi se constituindo como objeto de formas específicas de saber (FOUCAULT, 1990).

A partir do século XVIII, os mecanismos de poder no Ocidente se transformam à medida que o direito de causar a morte ou de deixar viver tão característico do poder de soberania vai sendo substituído pelo poder que gera a vida e a ordena conforme os seus ditames. A esse novo mecanismo de poder Foucault chamou biopolítica e com ele surge um novo objeto de saber para dar conta dessa nova problemática que inclui uma dimensão coletiva até então inexistente: a população. A biopolítica se centra nos processos biológicos relacionados ao homem-espécie, ao grupo de indivíduos governados por leis biológicas que precisam ser descritas, quantificadas, combinadas e comparadas, possibilitando a previsão do futuro por meio do passado e a regulação dos corpos para extrair sua máxima utilidade. O poder disciplinar passa a ser complementado pelo biopoder.

Contudo, se a primeira formulação genealógica do poder centrou-se na noção de disciplina e nos operadores materiais de dominação sobre o corpo do indivíduo, numa segunda formulação há um deslocamento conceitual importante com o surgimento da noção de governo, um poder que se exerce sobre o “corpo social”. O poder é então concebido não apenas como uma pura ação entre corpos, mas também e principalmente como uma ação que se exerce sobre outras ações. Na tentativa de marcar a diferença dos dispositivos de soberania do Estado e das práticas cotidianas de administração pública, Foucault passa então a usar o termo governamentalidade, enquanto “maneira de condução da conduta dos homens” (FOUCAULT, 2007)

Esse conceito é retrabalhado por Nikolas Rose (1998) e nele as relações entre a governamentalidade e a psicologia se estreitam. Esse autor considera que a psicologia e as demais práticas *psi* surgiram não apenas fornecendo os termos pelos quais as faculdades humanas passaram a ser definidas e se tornaram inscritíveis e referenciáveis, mas principalmente na fabricação das subjetividades modernas. Através das técnicas de produção e de inscrição, as práticas *psi* permitiram que as subjetividades se tornassem inscritíveis às técnicas de governo.

A psicologia, então, está intimamente ligada à entrada da alma do cidadão na esfera do governo... O tema aparentemente ‘público’ das racionalidades de governo está fundamentalmente ligado à questão aparentemente ‘privada’ de como devemos nos comportar, como devemos regular a nossa própria conduta, como devemos julgar o nosso comportamento e o dos outros. Esta ligação não tem sido meramente ‘externa’, o governo buscando manipular indivíduos que, do contrário, seriam ‘livres’. Trata-se de uma ligação ‘interna’, na qual a nossa própria

constituição enquanto indivíduos ‘livres’ têm sido objetivo e consequência de programas e técnicas de regulação (ROSE, 1998, p.77).

É nesse sentido que se pode dizer que o nascimento da psicologia parte da irrupção de condições bem peculiares que surgem de forma singular a partir do século XVI e que confluem para a necessidade do conhecimento de si, da busca de uma natureza na individualidade e na interioridade humana. Muito mais do que uma tomada de consciência, produziu-se uma nova experiência da relação consigo e com os demais, em que um conhecimento disciplinado e naturalizado se impôs como necessidade. E a psicologia constituiu-se hegemonicamente como uma ferramenta – universal, natural e a-histórica – de adequação e ajustamento desse sujeito, instituindo modos de ser e estar no mundo que, como referencial de normalidade, conferem estatuto de anormal ou desvio a toda alteridade.

Pensar a psicologia com Foucault é suspender as grandes categorias e explicações já estabelecidas, trazendo à tona essa dimensão de produção do mundo que é muitas vezes esquecida. Talvez, assim como Hüning e Guareschi (2005) propõem, a principal contribuição do pensamento de Foucault para a psicologia seja justamente a desacomodação de suas configurações tradicionais, desnaturalizando as próprias teorias psicológicas. Ao propor a genealogia como um método segundo o qual a singularidade dos acontecimentos deve ser buscada nas práticas cotidianas, nos detalhes, Foucault (1999) entende que as categorias que comumente utilizamos para balizar e explicar o entendimento dos sujeitos e do mundo são, antes, efeitos emergentes dessas práticas. Ao empenhar-se na análise do poder de instituição de verdades de discursos científicos, Foucault aposta na genealogia como uma “tática de intervenção” que se debruça sobre os limites e incertezas do campo de conhecimento assim como “interroga as relações entre as estruturas econômicas e políticas de nossa sociedade e o conhecimento, não em seus conteúdos falsos e verdadeiros, mas em suas funções de poder-saber” (1990, p.118).

A própria noção de sujeito, como indicado antes, pode ser repensada com Foucault. Dentro da tradição filosófica e das ciências humanas, hegemonicamente o sujeito é tomado como dotado de uma essência, de um algo que o define *a priori* e para o qual toda intervenção se dirige. Foucault nos convida a entender que a subjetividade não pode ser pensada dissociada da noção de produção à medida que o sujeito não é dado de antemão, mas resultante de forças que o atravessam. Falar de sujeito é falar de história, de política, de jogos de saber, de poder e de técnicas de si. “O homem é, portanto, efeito de uma constituição que se dá na imanência histórica, sem essências, sem naturalizações, sem um caráter de *a priori* ou de transcendência.” (BICALHO *et al*, 2009, p.24)

Ao por em análise saberes e verdades já muito naturalizados e sobre os quais a psicologia tem tradicionalmente se alicerçado, a proposta genealógica foucaultiana evidencia o caráter histórico e contingencial do conhecimento. Esse processo de

desnaturalização põe em questão o próprio realismo euro-americano que orienta muitas das práticas psicológicas.

A CIÊNCIA E A HIERARQUIZAÇÃO DE SABERES

Os modelos metodológicos nos quais a psicologia historicamente assentou suas bases e as práticas historicamente daí derivadas – e aqui se incluem não só a pesquisa, mas também as práticas clínicas (em seu sentido ampliado) – se pensadas a partir de um viés epistemológico clássico, pressupõem assimetria na tomada dos saberes em questão, como a oposição entre conhecimento científico (sede da verdade), e o conhecimento comum (refúgio do erro). Mais do que uma drástica separação, há uma hierarquização de saberes e modos de conhecer em que são deslegitimadas quaisquer formas de saber que não atendam aos critérios epistemológicos de validação das ciências. Essa assimetria entre o saber comum e o científico derivaria de um devir histórico evolutivo no qual o conhecimento científico se apresentaria como representação progressivamente mais adequada, racional e unitária de um determinado campo de fenômenos. Mais uma vez aqui, o realismo euro-americano se faz presente. Tanto no entendimento de que há um mundo uno a ser desvelado, ou seja, a ter a sua verdadeira essência representada, quanto de que há um sujeito do conhecimento que pode conhecer esse mundo sem interferir nele, isto é, dotado de uma neutralidade que, no caso, a sua autoridade científica lhe garante. É no confronto com estes saberes oficiais, ditos legítimos, puros, verdadeiros, científicos que todos os outros são englobados. Se perdem, são destituídos. Se ganham, são introduzidos nas instâncias oficiais mediante sua tradução em uma linguagem científica. De um modo ou de outro, as normas e rituais acadêmicos não são questionados, mas sim pressupostos.

Entretanto, não são raras as vezes em que nos deparamos em nossas práticas com realidades múltiplas, heterogêneas, híbridas, que escapam ao realismo euro-americano. Perguntamos, então, juntamente com John Law (2003): o que fazemos com isso que não se encaixa? Como lidamos metodologicamente com o fugidio? Law salienta que, se orientados segundo os pressupostos do realismo euro-americano, aquilo que aparece no campo de pesquisa como confuso torna-se o outro por relação ao que se espera do objeto: que ele seja definido, claro, independente e não um desvio. Na quase totalidade das vezes, essa alteridade desviante é atribuída a uma falha no método, que não alcançaria esse híbrido, ou passa a ocupar o lugar de erro a ser controlado à medida que o método se refine. Em ambos os casos, isso que é fugidio é permanentemente excluído do campo de pesquisa. É nesse sentido que Law (2003) sustenta que orientar qualquer pesquisa obedecendo a lógica do realismo euro-americano é implicar-se numa política de exclusão sistemática daquilo que escapa aos seus quadros referenciais.

Para Law (2003, 2004), falar em método de pesquisa é sempre articular presença, ausência e “outrização”. Toda pesquisa gera produtos: resultados e textos, e em todos esses

relatos há aquilo que comparece explicitamente no que é dito (presença), aquilo que, como uma co-presença, comparece como plano de fundo (ausência) e a “outridade”, que é deixada de lado de nossos relatos de pesquisa. É sobre o manejo desses três pontos que o método de pesquisa se faz. No realismo euro-americano, o processo de articular presença, ausência e “outrização” é sempre reprimido, excluindo sistematicamente aquilo que escapa. Nessa direção, se a realidade é una, externa, anterior e independente, nossas práticas não tem qualquer caráter produtivo, o que faz do pesquisar uma ação neutra sobre o mundo e do conhecer, algo desinteressado.

Entretanto, se como Law (2003) subvertermos o realismo euro-americano, encarando o método como uma articulação entre presença, ausência e “outrização”, nossas práticas assumem seu caráter performativo⁶, cabendo a nós perguntarmos-nos: por que e o que é que temos deixado de fora de nossos relatos de pesquisa? Por que incluímos/excluímos esses e não outros? Que realidades nossas práticas de pesquisa e escrita tem produzido?

Sucede que esse texto, dependendo da maneira como for escrito, captará ou não o ator-rede que você deseja estudar. O texto, em nossa disciplina, não é uma história, uma história bonita. É o equivalente funcional de um laboratório. É lugar para testes, experimentos e simulações. Dependendo do que aconteça ali, haverá ou não um ator e haverá ou não uma rede sendo traçada (LATOUR, 2012, p.216).

De acordo com Latour (2002), nas Ciências Humanas, o texto equivale ao laboratório das ciências naturais porque é nele que se realizam os experimentos na produção de conhecimento acerca daquilo que está sendo estudado. Nesse sentido, mais do que representar uma realidade externa e independente, um texto performa um mundo. Por isso, é importante que compareçam em nossos textos aquilo que nos desafia, nos desvia, nos surpreende, não como uma margem de erro da pesquisa ou uma variável estranha, mas como possibilidade de uma nova versão.

[...] a prática designa as ciências “se fazendo”, ela engloba o ajuste de instrumentos, a escritura de artigos, as relações de cada praticante com os colegas, mas também com tudo isto e todos aqueles que contam ou poderiam contar em sua paisagem. Nada está pronto. Tudo está por negociar, por ajustar, alinhar e o termo prática designa a maneira pela qual tais negociações, ajustes, alinhamentos constroem e especificam as atividades individuais sem por isso determiná-las (STENGERS, 2006, p. 62-3).

As práticas são performativas e como tais produzem realidades que só existem por e nessas práticas. Não mais realidades erradas se comparadas ao mundo único e singular do

6 “[As performances] sugerem uma realidade que é feita e performada [*enacted*], e não observada. Em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos (...) a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas. Aqui é cortada a bisturi; ali está a ser bombardeada por ultra-sons; acolá será colocada numa balança e pesada. Mas enquanto parte de atividades tão diferentes, o objeto em causa varia de um estádio para o outro” (MOL, 2007, p.6).

realismo euro-americano, mas realidades múltiplas e que muitas vezes se recusam a funcionar nos moldes previstos. Na subversão do realismo euro-americano, a recalcitrância pode se fazer presente.⁷

Nesse sentido, se a realidade é performada, podemos nos perguntar que realidade é essa que está sendo feita e quais outras poderiam ser. É nessa direção que Mol (1999) formula o conceito de política ontológica. A união desses dois termos significa dizer que a realidade não é dada de antemão, mas é efeito das práticas em que essa performance não se dá sem negociação e trabalho. Partindo desse entendimento, as possibilidades de intervenção e de produção de diferença ganham força e permitem produzir outros mundos em que habitem outros atores e proliferem mais vozes. A noção de política ontológica retira a pretensa neutralidade de nossas práticas e as investe ativamente na produção de estabilizações e desestabilizações de que o mundo é feito. Como a própria Annemarie Mol afirma, “a realidade não precede as práticas banais nas quais interagimos com ela, antes sendo modelada por estas práticas. O termo política, portanto, permite sublinhar este modo ativo, este processo de modelação, bem como o seu caráter aberto e contestado” (MOL, 1999, p. 2).

A METODOLOGIA E A SUBVERSÃO DO MÉTODO

A intervenção nos coloca diante do fato de que, bem distante da já pretendida neutralidade, nossas práticas de pesquisa são vetores que produzem realidades. Nesse sentido, as formulações teórico-metodológicas, tanto da Teoria Ator-Rede (ANT), proposta por Latour (1987, 1994, 1997, 2001, 2002a, 2002b, 2012) e Despret (2001), quanto do Método Cartográfico (DELEUZE e GUATTARI, 1995), tentam caminhar numa direção alternativa àquela do realismo euro-americano. Cada um dos autores, a seu modo, preconiza que a produção de conhecimento e o trabalho de campo não devem ser tratados como instâncias estanques. Pelo contrário, precisam se articular formando um todo que seja capaz de doar vitalidade, tanto aos processos de pesquisa, quanto àqueles vividos no campo.

A cartografia como método de pesquisa-intervenção orienta o trabalho do pesquisador revertendo o sentido tradicional de método, ou seja, não mais caminhar para alcançar metas pré-fixadas, mas à medida que se caminha, no percurso, traçar suas metas. Prescindir de regras já prontas e de objetivos previamente estabelecidos não significa agir sem direção. O método cartográfico se orienta seguindo pistas que orientam o percurso da pesquisa, mas, sobretudo, levando em consideração os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados. Nesse sentido, toda pesquisa também é intervenção, tornando inseparáveis o conhecer e o fazer.

⁷ Em sua origem etimológica, recalcitrância vem do latim, *re calci trare*, e significa bater com os calcanhares para trás, dar coices, resistir, desobedecer (CUNHA, 1991).

A intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência - o que podemos designar como plano da experiência. A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação (PASSOS e BARROS, 2009, p. 17).

O institucionalismo, tal como formulado na França, também indica essa direção, afirmando que não se conhece o mundo para então transformá-lo, mas antes, que se transforma o mundo para conhecê-lo, marcando o caráter construído da realidade. O movimento institucionalista acentua a dimensão política da pesquisa, tanto quando se dedica a discutir a produção de conhecimento (as instituições da pesquisa, da escola, da ciência), quanto quando volta a sua atenção para a clínica (as instituições do manicômio, da psiquiatria, da psicanálise, do grupo). René Lourau (1995) e Félix Guattari (2004) dedicaram-se, cada um deles, a uma dessas inflexões institucionalistas, mas mantiveram em comum a direção da intervenção.

Para pensar a dinâmica coletiva-institucional, a Análise Institucional toma de empréstimo o conceito de contratransferência. Desse modo, toda a realidade em que os atores estão imersos passa a ser considerada entre os vetores determinantes na cena de análise: sexo, idade, raça, posição socioeconômica, significações socioculturais que atravessam o analista e analisando. Entretanto, o conceito de contratransferência pressupõe posições marcadas do analista e do analisando, colocando no centro da cena a relação dual, e é dotado de um subjetivismo inerente. Diante dos limites do conceito, Lourau (1995) então propõe em seu lugar a noção de implicação. Com o conceito de implicação o trans e o contra se dissolvem, produzindo então não mais uma relação entre dois polos, mas um campo implicacional. Nesse campo, a dinâmica se faz não por projeção, decisão, propósito ou vontade de alguém, mas por contágio ou propagação, ou como Lourau chama numa dinâmica instituinte. Todo trabalho de intervenção na socioanálise visa essa dimensão inconsciente das instituições. Nesse sentido, pode-se afirmar que a intervenção é indissociável da análise das implicações. O tema da implicação define uma direção clínico-política ao trabalho de pesquisa-intervenção, o que faz da cartografia um método segundo o qual toda pesquisa tem uma direção clínico-política e toda a prática clínica é, ao mesmo tempo, intervenção geradora de conhecimento.

Com Guattari (2004) a relação entre pesquisa, intervenção, clínica e política ganha destaque. E é por isso que ele propõe o conceito de transversalidade para problematizar os limites do *setting* clínico. Fazer análise torna-se cada vez mais o trabalho de desestabilização do instituído. Na clínica, por exemplo, a operação de transversalização se apresenta num duplo registro. Por um lado, a clínica acolhe um sujeito dotado de uma história, de uma identidade, de verdades e memórias, e também um processo de subjetivação em curso que vai se realizando pelas frestas das formas, à medida que não se pensa num sujeito pronto e

fechado, mas sim numa subjetividade indissociável da noção de produção contínua. Por outro lado, a clínica é um caso de transversalização à medida que a intervenção clínica é uma operação de transversalização que se realiza na borda, na franja entre os processos de subjetivação que se passam na relação analista-analisando e aqueles que se passam na relação entre a clínica e o não clínico. Nesse sentido, o trabalho da análise é a um só tempo o de descrever, intervir e criar efeitos-subjetividade.

Nessa direção, podemos pensar, então, que a própria psicologia e suas práticas são também performativas, produzindo mundos e subjetividades. Nesse ponto, Latour (1998) aponta que o que une as diversas psicologias é a sua múltipla capacidade de fabricar sujeitos, “eus artificiais” (LATOURE, 1998) seja na divulgação do seu saber, seja no trato, diagnóstico e nas próprias atividades de pesquisa. No entanto, esse caráter produtivo, tanto para a cartografia, quanto para a Teoria Ator-Rede, não é um erro que deve ser evitado, mas um aspecto próprio da produção de conhecimento. Conhecer e intervir são dois aspectos indissociáveis. O problema não é produzir sujeitos e conhecimento, o problema é produzir conhecimento baseado literalmente na extorsão de testemunhos (STENGERS, 1989). O uso da palavra extorsão aqui não é sem propósito: faz-se falar aquilo que se quer ouvir. Dessa forma, o modo como as tarefas são demandadas e, especialmente, a forma como estes testemunhos se colocam, raramente apresenta problemas ou questões. Essa questão parece muito próxima a distinção entre a frequente obediência e docilidade à autoridade científica dos seres humanos em oposição à recalcitrância dos seres não-humanos:

Contrário aos não-humanos, humanos tem uma grande tendência, quando colocados em presença de uma autoridade científica, a abandonar qualquer recalcitrância e se comportar como objetos obedientes oferecendo aos investigadores apenas declarações redundantes, confortando então estes investigadores na crença de que eles produzem fatos 'científicos' robustos e imitam a grande solidez das ciências naturais (LATOURE, 2002b, p.13).

Nas pesquisas com humanos, a questão da recalcitrância, além de seu caráter epistemológico, torna evidente sua dimensão ética à medida que são postos em cena o reconhecimento e valorização da experiência do outro. Para Latour (2004), a recalcitrância é justamente a capacidade que os objetos têm de discordar daquilo que é dito deles, desviar a pesquisa, reformular as perguntas e até mesmo colocar novas questões, tensionando as práticas e os saberes. Nesse sentido, a recalcitrância cria rachaduras no que parece estabilizado e faz pensar a própria intervenção.

Os atores se definem antes de tudo como obstáculos, escândalos, como aquilo que suspende a superioridade, que incomoda a dominação, que interrompe o fechamento e a composição do coletivo. Para falar de maneira popular, os atores humanos e não-humanos aparecem, então, como importunos. É pela noção de recalcitrância que convém, de modo especial, definir sua ação (LATOURE, 2004, p. 150).

Iniciar uma pesquisa que investigue os processos de produção de subjetividade dentro de um *setting* clínico, por exemplo, implica que o pesquisador se lance em meio às pulsações de um processo já em curso, não só porque todo momento presente comporta um passado que o antecede e um futuro em que se lhe projetam as expectativas, mas principalmente porque há uma espessura processual no próprio território. “A espessura processual é tudo aquilo que impede que o território seja um meio ambiente composto de formas a serem representadas ou de informações a serem coletadas. Em outras palavras, o território espesso contrasta com o meio informacional raso” (POZZANA; KASTRUP, 2009, p. 58). Desse modo, ao cartografar as tecituras que engendram o *setting* clínico e os processos que ali se desdobram, não se pode isolar esse movimento de suas conexões com o mundo nem de suas articulações históricas. É preciso desenhar a rede de forças a que eles se conectam, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Tanto a Cartografia quanto a Teoria Ator-Rede, orientando uma pesquisa-intervenção, se propõem a trilhar esse caminho. A questão é: de que modo é possível por em ação essa política ontológica?

Ao propor uma pesquisa-intervenção, é muito provável que os sujeitos pesquisados partilhem tanto de um realismo euro-americano, quanto daquilo a que Castel (1987) chamou de Cultura Psicológica. Nesse sentido, os próprios termos “pesquisa” e “intervenção” ganham outros contornos que não aqueles pretendidos ao se iniciar a investigação. É nessa direção que negligenciar na análise das implicações a própria cartografia do método, ao invés da possibilidade de que a pesquisa-intervenção seja um meio de produzir deslocamentos e por em jogo mais vozes, pode calar ou extorquir do pesquisado o testemunho que bem lhe aprouver. Se pensarmos a pesquisa-intervenção realizada na clínica psicológica, essa rede se torna ainda mais complexa, pois são chamados a falar também uma autoridade especial que é conferida ao psicólogo e a própria configuração que o *setting* clínico e o atendimento tem para a sociedade em geral, entre outros tantos vetores. Assim, ao introduzir a pesquisa-intervenção no contexto de um atendimento clínico pode-se produzir o efeito oposto ao que se propõe, engendrando “bons ratinhos”. Isso não significa, entretanto, que esse risco deva levar as ciências humanas de um modo geral e a psicologia em específico de volta então à necessidade de imitar a objetividade das ciências naturais. Talvez o caminho seja o exato contrário.

Ao conceber o conhecimento científico na articulação e co-afetação entre entidades, na produção inesperada de efeitos, abre-se espaço para as multiplicidades, para os hibridismos, para outros modos possíveis de ser, estar, agir e perceber o mundo. A distinção que até então se fazia entre a boa e a má representação, pressupondo um salto representacional dado na costura entre a hipótese e o estado de coisas a ser progressivamente desvelado, perde sentido. Passa-se, então, a distinção entre a boa e a má articulação à medida que o testemunho vai além da mera resposta (certa). Nessa situação, as questões e proposições do pesquisador estão sujeitas a serem invalidadas, acrescentadas ou até mesmo

substituídas por novas questões colocadas pelos pesquisados, numa relação de recalcitrância. A recalcitrância se remete ao vínculo e, embora seja sempre local, seus efeitos podem ser acompanhados globalmente durante a pesquisa, o que ajuda a localizar as estabilizações feitas. Desse modo, ao abrir espaço para a recalcitrância, renuncia-se a uma lógica de causa e efeito à medida que essas estabilizações são, ao mesmo tempo, definidas (pois a recalcitrância faz frente a elas) e redefinidas (pois ela impõe uma reconfiguração de vínculos) (LATOURE, 1997), sem a imposição por uma observação supostamente superior de teóricos e estudiosos. É nessa direção que se afirma que as escolhas metodológicas não coincidem com uma meta de purificação do mundo. Empreender um trabalho de campo implica defrontar-se com um emaranhado de acontecimentos muitas vezes confuso. Cabe ao pesquisador ordenar essa experiência em seu relato, mas isso não significa higienizá-lo.

Lave as mãos após a mistura com o mundo real. Então você levará uma boa vida de pesquisa. Seus dados serão limpos. Seus resultados justificáveis. O produto que você irá produzir será puro. A garantia de ter uma longa vida de prateleira. Então, existem muitos livros sobre higiene intelectual. Limpeza metodológica. Livros que oferecem acesso à terra firme metodológica da pesquisa em ciências sociais. Sem dúvida, há muita coisa boa nestes textos. Sem dúvida que é útil, na verdade, para saber sobre a significância estatística, ou como evitar a tendência do entrevistador. Dicas para pesquisa são sempre úteis. Mas na medida em que assumem forma de higiene, elas realmente não funcionam, pelo menos para mim. Na prática, a pesquisa precisa ser confusa e heterogênea. Ela precisa ser bagunçada e heterogênea, pois esse é o caminho. E também, e mais importante, ela precisa ser confusa porque esta é a forma como a maior parte do mundo é: impuro, incompreensível em sua regularidade e rotina. [...]. Clareza não ajuda. Uma disciplinada falta de clareza pode ser o que precisamos (LAW, 2003, p. 3).

É também nesse sentido que a entrega de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a cada participante ou mesmo a realização de um momento, que em geral contrasta bastante dos seguintes, em que se fala sobre como saber e poder, conhecer e intervir se articulam não basta para partilhar nas práticas esta outra política ontológica. Não se trata de uma denúncia ou de assumir um *mea culpa*. Perguntamo-nos então: Seria possível simplesmente abrir mão do lugar do especialista? Dito de outro modo: seria mesmo possível não exercer poder? Como já dito, a psicologia emerge de relações de saber-poder que produzem um lugar diferenciado. Talvez, um caminho mais interessante do que a tentativa de furtar-se desse exercício de poder seja justamente pô-lo em cena, abrindo-se a novos rearranjos e articulações, tornando mais complexa a trama.

CONCLUSÃO

Assim como Rolnik (2002) propõe, resistir não é simplesmente escapar ao controle, mas utilizar-se dele, de suas potências geradoras, para modificá-lo. Neste sentido, a

resistência inclui a abertura à recalcitrância, ao desvio, ao imprevisto que escapa e que questiona e significa, principalmente, um esforço de criação de outras formas de subjetivação. A resistência é uma forma de ação que se abre pelo “pensar diferenciado” (CHEVITARESE e PEDRO, 2003). “O pensamento pensa sua própria história (passado), mas para se libertar do que ele pensa (presente) e poder, enfim, ‘pensar de outra forma’ (futuro)” (DELEUZE, 1988, p.127). Problematizar genealogicamente a própria constituição do presente abre possibilidades. Nesse sentido, a recalcitrância é uma ação política que abre outras possibilidades de subjetivação, desarticulando “modos de pensar e agir” já “assujeitados”. Foucault interroga a psicologia e convida que ela interroge a si mesma, pondo em análise as formas de poder e saber que são engendradas em suas práticas. O que é isso e quem são esses que a psicologia faz falar e calar ao enunciar-se como ciência? Quem é presença, ausência e outridade?

O que interessa à genealogia não é hierarquizar os saberes a partir do parâmetro do rigor científico ou negar as especificidades que produzem cada saber, mas reconhecer que todo saber é efeito de relações de poder; e que colocar o saber instituído em análise é um posicionamento político. Nesse sentido, as escolhas metodológicas de pesquisa e escrita não podem ser desimplicadas à medida que são políticas e performam mundos.

Estejamos preparados para esquecer função, estrutura, psique, tempo e espaço, além de quaisquer outras categorias filosóficas e antropológicas, não importa quão profundamente pareçam estar enraizadas (LATOURET, 2012, p.46).

Resistir aos saberes e à produção acadêmica unificadora é abrir-se à recalcitrância, é retirar o teórico, o acadêmico, o especialista do centro do que define a Verdade sobre o mundo, fazendo proliferar mais vozes, verdades, versões, traduções. Estar atento à polifonia, às heterogeneidades, sem usar o discurso como exemplo para ilustrar uma categoria prévia. É ouvir e seguir isto que escapa sem recorrer às grandes categorias já formatadas, sem traduzir o que se é dito ao dialeto das ciências que nos é mais confortável, sem colonizar o fugidio, sem reinscrevê-lo nos códigos da ciência unificada. E, desse modo, legitimar e produzir múltiplas formas de ser, estar, agir e perceber o mundo. A resistência se faz pelo fortalecimento e multiplicação das conexões. Resistir é articular-se.

REFERÊNCIAS

BICALHO, P, CASSAL, L., MAGALHÃES, K., GERALDINI, J. **Formação em psicologia, Direitos Humanos e Compromisso Social: A Produção Micropolítica de Novos Sentidos**. Boletim Interfaces da psicologia da UFRRJ. Vol. 2, Nº. 2, Dezembro 2009

CASTEL, R. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CHEVITARESE, L. & PEDRO, R.: “A questão da ‘liberdade’ na Sociedade Tecnológica, por uma alegoria de Kafka e Dick”. In: **27_ Encontro anual da ANPOCS**, CD-ROM, 2003.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1991.

DELEUZE, G. **Foucault**. SP: Brasiliense, 1988

DELEUZE, G., GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Ed. 34, v.1, 1995.

DESPRET, V. **Ces émotions que nous fabriquent**. Paris: Les empêcheurs de penser en rond, 2001.

GALINDO, D.G. **Do “laboratório-espetáculo” ao “laboratório-arte”: um ensaio sobre as novas relações entre arte e ciência**. Travessias, ed. 04, 2008, p.1-15.

GUATTARI, F. A transversalidade. In: **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional**. Aparecida-SP: Idéias e Letras, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 9.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro. NAU, 2002.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Martins Fontes: São Paulo, 1999.

FOUCAULT, M. **Nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HÜNING, S.; GUARESCHI, N. Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In: GUARESCHI, N.; HÜNING, S. (orgs.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

LAW, J. **Making a mess with method**. 2003. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/jlaw.html>. Acesso em 2005.

LAW, J. **After method. Mess in social science research**. London: Routledge, 2004.

LATOUR, B. **A ciência em ação**. São Paulo: Unesp, 1987.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. **A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, B. **A Esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. **The promises of constructivism**. 2002a. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/087.html>. Acesso em setembro de 2013.

LATOUR, B. **How to talk about the body?** 2002b. Disponível em: <http://www.ensmp.fr>. Acesso em 2005.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: Uma introdução a Teoria Ator-Rede**. Salvador – Bauru : EDUFBA - EDUSC, 2012.

LOURAU, R. **Análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOL, A . Ontological Politics. A word and some questions. In: LAW, J. E HASSARD, J. (org.) **Actor Network Theory and After**. London: Blackwell – The Sociological Review, 1999.

MOL, A. Política Ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, J.; ROQUE, R. (Orgs.). **Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

POZZANA , L. e KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar um processo. In: PASSOS, E.; KASTUP, V. e ESCÓSSIA, L. **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

ROLNIK, S. Despachos no museu sabe-se lá o que vai acontecer.... In: : RAGO, M., ORLANDI, L. & VEIGA-NETO, A.: **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. RJ: DP&A, 2002.

ROSE, N. **Inventing our selves**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

STENGERS, I. **La vierge et le neutrino. Les scientifiques dans la tourmente**. Paris: Les empêcheurs de penser en rond, 2006.